



Plenário votará PEC de “recall” para presidentes da República

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Simone preside reunião da Comissão de Constituição e Justiça que votou relatório de Anastasia sobre a PEC do “recall”

Mandato presidencial poderá ser revogado por decisão popular, de acordo com proposta aprovada ontem pelos senadores da Comissão de Constituição e Justiça

Segue para discussão e votação no Plenário, em dois turnos, a criação do recall de presidente da República por pedido popular sem necessidade de ilícito comprovado. Se aprovado pelo Congresso, haverá o referendo.

O pedido de revogação de mandato só poderá acontecer no segundo e no terceiro ano de governo,

desde que haja assinaturas de pelo menos 10% dos votantes em no mínimo 14 estados e não menos de 5% em cada um deles.

O texto de Antonio Carlos Valadares permitia recall para governadores, prefeitos, senadores, deputados e vereadores. O relator, Antonio Anastasia, restringiu a presidente, mas estados poderão criar leis próprias. 4

Sugestão originada no Jovem Senador vai virar projeto 2

Acordo sobre agência da ONU será promulgado 3

Nome para Agência Nacional de Águas vai a Plenário 6

Senado confirma acordos com Gana e Mauritânia 3

MP sobre legado olímpico passa em comissão 8

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Romero Jucá, relator na CCJ, lê seu parecer, favorável à proposta

Comissão decide votar reforma trabalhista na quarta-feira

Depois de quase duas horas de discussão, a Comissão de Constituição e Justiça confirmou que debaterá e votará na quarta-feira a reforma trabalhista. O relatório de Romero Jucá, favorável ao projeto, já foi lido ontem. Na terça-feira, duas audiências vão debater a constitucionalidade do texto. 5

Idoso com mais de 80 anos deve ganhar prioridade

O Senado aprovou ontem um projeto que concede prioridade especial a quem tem mais de 80 anos. Pessoas dessa faixa etária mais avançada terão atendimento preferencial em relação aos demais idosos em questões como atendimento em saúde e processos judiciais.

O objetivo da proposta é oferecer atenção especial por parte do poder público a um grupo populacional que tem vulnerabilidades mais acentuadas e que não para de crescer, devido ao aumento da expectativa de vida. O texto segue para sanção presidencial. 3

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Eunício Oliveira preside sessão do Plenário que aprovou prioridade especial para pessoas com mais de 80 anos

Geraldo Magela/Agência Senado



Senador Jorge Viana foi relator substituto da proposta na comissão

Avança proteção especial em registro de marca de renome

A Comissão de Ciência e Tecnologia aprovou ontem projeto que permite que empresas peçam, a qualquer tempo, o reconhecimento de alto renome de uma marca. Assim, nenhuma outra empresa, independentemente da área, pode requerer o registro com o mesmo nome. 7

Frente parlamentar buscará defender a soberania nacional

No lançamento da frente, os ex-ministros Luiz Carlos Bresser Pereira e Celso Amorim apresentaram o Projeto Nação Brasil. A iniciativa reúne intelectuais

autores de um manifesto com medidas econômicas para a retomada do crescimento, como a responsabilidade fiscal e a queda da taxa de juros. 7

Produção de cacau de qualidade pode ganhar incentivo no Brasil

Projeto que cria a Política Nacional de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade foi aprovado pela Comissão de Agricultura e segue agora ao Plenário.

A ideia da proposta é que a produção e a comercialização de cacau de categoria superior tenham incentivo, como linhas de crédito próprias. 8

Sugestão popular que criminaliza funk terá debate 2

Pronatec pode formar agente sanitário para agropecuária 6

Sugestão feita por jovens senadores vira projeto de lei

Proposta que obriga alerta em rótulo e embalagem de produtos que contenham elemento cancerígeno passa a tramitar no Senado. Texto foi proposto por alunos que participaram do Jovem Senador em 2016



A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem a transformação em projeto de lei de uma sugestão apresentada pelos participantes do Projeto Jovem Senador de 2016. A proposta obriga os fabricantes de cosméticos e alimentos que tenham elemento comprovadamente cancerígeno em suas fórmulas a incluir um alerta nas embalagens e rótulos.

A relatora foi a presidente da CDH, senadora Regina Sousa (PT-PI), que considerou válida a ideia dos estudantes:

— Assim como fizeram os jovens senadores, nós também julgamos que a proposta é merecedora da atenção desta Casa e deve ter a chance de ser



Presidente da comissão, Regina Sousa considerou válida a ideia dos estudantes

por ela avaliada — afirmou.

Segundo o projeto, caberá ao Ministério da Saúde regulamentar a matéria e manter atualizada uma lista de substâncias potencialmente cancerígenas para serem usadas como referência pela indústria.

As propostas de legislação

apresentadas pelos estudantes que participam do projeto Jovem Senador — assim como as apresentadas pela sociedade — são encaminhadas à CDH como sugestões legislativas. Caso aprovadas pelo colegiado, passam a tramitar normalmente pelo Congresso como projetos de lei.

Comissão vai debater se funk pode se tornar crime

Requerimento de audiência para debater a proposta de criminalização do funk foi aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A classificação do estilo musical como crime está na Sugestão Legislativa (SUG) 17/2017, idealizada por Marcelo Alonso.

Qualquer cidadão pode apresentar ideias legislativas para modificar ou criar novas leis. Se em um período de 4 meses essas ideias receberem pelo menos 20 mil apoios, serão encaminhadas para a CDH e formalizadas.

A sugestão de Alonso teve quase 22 mil apoios e propõe tornar o funk crime de saúde pública contra crianças, ado-

lescentes e a família. Para o cidadão, os pancadões (música alta em aparelhos de som instalados em veículos estacionados em vias públicas ou calçadas particulares) e bailes funk são “um recrutamento organizado por criminosos, para atender estupradores e pedófilos na prática de crime contra a criança e o menor adolescentes ao uso, venda e consumo de álcool e drogas, agenciamento, orgia e exploração sexual, estupro e sexo grupal entre crianças e adolescentes”.

Na CDH, a matéria vai ser relatada por Romário (PSB-RJ), que solicitou a audiência, em data a ser marcada. Ele quer trazer para o debate o autor da proposta, compositores e

cantores de funk (como Anitta, Nego do Borel e Valesca Popozuda) e antropólogos que estudam o gênero musical.

Para Romário, é preciso avaliar em que medida os crimes cometidos durante ou após os bailes funk podem ser coibidos pelo Estado sem que seja necessária uma medida tão drástica como transformar o funk em crime.

— Como carioca nato e eterno funkeiro, faço questão de defender essa bandeira.

Para virar projeto de lei, a sugestão ainda precisa ser aprovada na CDH. Até a tarde de ontem, mais de 8 mil internautas haviam opinado sobre a proposição, que recebeu 85% de votos favoráveis.

Armando Monteiro defende revitalização da indústria naval

Armando Monteiro (PTB-PE) lamentou a decadência da indústria naval no Brasil, que, segundo ele, já registra cerca de 50 mil desempregados.

O senador informou que a indústria de construção de plataformas, navios e grandes petroleiros, nascida para atender às demandas da Petrobras, está com os últimos projetos em fase final de construção.

Para revitalizar o setor, ele defendeu a adoção de plano estrutural que envolva política de metas de produtividade.



Ano Vólpe/Agência Senado

Telmário pede melhoria no fornecimento de energia em Roraima

Roraima é o único estado que não está interligado à rede nacional de energia, disse Telmário Mota (PTB-RR). O senador manifestou preocupação com a irregularidade no fornecimento de energia elétrica.

— A operadora de eletricidade não consegue suprir a demanda, o que resulta em quedas de energia e aparelhos queimados. A toda hora há um apagão em nosso estado.

Ele cobrou providências urgentes do Ministério de Minas e Energia.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Governo é leniente com maiores devedores da Previdência, diz Paim

Os maiores devedores da Previdência Social reconhecem os débitos e ao mesmo tempo negam ter intenção de pagar, devido a pendências judiciais, disse Paulo Paim (PT-RS).

Para o senador, um dos motivos que prejudica a arrecadação é o número de refinanciamentos das dívidas previdenciárias.

— Está uma barbada, o cara não paga, empurra com a barriga e depois vem o governo e anistia. Em outras palavras, é isso que acontece.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Eunício participa de homenagem a comandante do Exército Brasileiro

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, participou na terça-feira, em Brasília, da entrega do título de Doutor Honoris Causa ao comandante do Exército Brasileiro, general Eduardo Dias da Costa Villas Bôas. O título foi concedido pelo Instituto Brasileiro de Direito Público e a entrega foi feita pelo ministro Gilmar Mendes, do Superior Tribunal Federal, durante o 7º Seminário Internacional de Direito Administrativo e

Administração Pública.

O presidente da República em exercício, deputado Rodrigo Maia, também participou.

Em discurso, Eunício ressaltou a carreira do comandante ao longo de cinco décadas:

— Como todo grande líder, o general Villas Bôas personifica o patriotismo de uma corporação que jamais negligenciou a importância de ajudar o Brasil a evoluir ao longo do tempo.

Da Assessoria da Presidência do Senado

Lotéricos pedem agilidade para proposta que regula a atividade

O presidente da Federação Brasileira de Lotéricos, Jodimar Amaro, e outros representantes do setor foram recebidos ontem pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira. Eles pediram agilidade na tramitação do PL 7.306/2017, na

Câmara, que trata das tarifas dos serviços prestados pelos permissionários lotéricos na função de correspondente bancário. Eunício informou que determinará a imediata análise da proposta quando ela chegar ao Senado.

Simone homenageia ex-senador Wilson Martins pelos 100 anos

Simone Tebet (PMDB-MS) homenageou o advogado e ex-senador sul-mato-grossense Wilson Martins, que completou ontem 100 anos de vida.

— Wilson viveu a era Vargas, a instabilidade, a estabilidade econômica com Juscelino, presenciou os vinte anos ou vinte noites tenebrosas de uma época de ditadura, a redemocratização, esteve nesta Casa, fazendo a nossa Constituição cidadã — disse a senadora.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Cidinho Santos apoia programa de expansão do biocombustível

O lançamento do RenovaBio 2030, que promoverá a expansão da produção de biocombustíveis, registrou Cidinho Santos (PR-MT).

O senador informou que o programa, que será lançado na segunda-feira, vai estabelecer metas para reduzir a emissão de gases de efeito estufa, gerar certificado de produção de biocombustíveis, especificar novas competências institucionais para reforçar a fiscalização e controle contra fraudes e deverá criar créditos de descarbonização.



Marcos Oliveira/Agência Senado

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário após as 16h50 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CPI DA PREVIDÊNCIA** Judiciário
9h A CPI promove audiência interativa com representantes do Poder Judiciário.
- CRE Comandante do Exército**
9h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional promove audiência interativa com o comandante do Exército para debater defesa nacional e projetos estratégicos. Na sequência, apreciação de acordos internacionais.

- PAUTA FEMININA** Racismo na saúde
10h Debate sobre racismo em atendimento à mulher na saúde.
- PLENÁRIO** Sessão não deliberativa
11h Sessão destinada a discursos dos senadores e avisos da Mesa.
- CSE Radiodifusão comunitária**
18h A Comissão Senado do Futuro realiza audiência interativa para debater o futuro da radiodifusão comunitária.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Prioridade a maiores de 80 anos vai a sanção

Faixa etária mais avançada terá atendimento preferencial em relação aos demais idosos, determina projeto aprovado pelo Plenário. Atenção especial vale para saúde e processos judiciais

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem um projeto que concede prioridade especial às pessoas com mais de 80 anos. A proposta (Projeto de Lei da Câmara 47/2015), que não recebeu emendas e foi votada de maneira simbólica, segue agora para a sanção presidencial.

O texto determina expressamente que, entre os idosos, os maiores de 80 anos terão prioridade em atendimentos de saúde, exceto em emergências, e em processos judiciais. O autor, deputado Simão Sessim (PP-RJ), justifica que o aumento da expectativa de

vida e a formação de um grupo populacional com mais de 80 anos, com vulnerabilidade mais acentuada, demandam reconhecimento especial por parte do poder público.

Ao defender a proposta na Comissão de Direitos Humanos (CDH), o senador Sérgio Petecão (PSD-AC) disse que os octogenários merecem cuidados especiais e proteção em lei.

— Não restam dúvidas quanto à maior fragilidade dessas pessoas e elas decerto poderão contar com a compreensão daquelas outras pessoas idosas que ainda não atingiram tão significativa idade.



O senador Eduardo Braga e o presidente do Senado, Eunício Oliveira, na sessão plenária em que a proposta foi aprovada

Segue para promulgação acordo sobre agência da ONU de propriedade intelectual

O Plenário aprovou ontem o Projeto de Decreto Legislativo 18/2017, que cria escritório da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (Ompi) no Brasil. O acordo, assinado em 2009 em Genebra (Suíça), regula ainda privilégios e imunidades dessa representação e de seus funcionários, considerando os dispositivos da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Agências Especializadas das Nações Unidas, de 1947, assim como a legislação brasileira pertinente. O projeto vai à promulgação.

Criada pela Convenção de Estocolmo de 1967 e composta por 188 países membros, a Ompi é uma das agências especializadas das Nações Unidas. A missão da entidade consiste em elaborar um sistema internacional de proteção da propriedade intelectual, que favoreça a criatividade em prol do interesse geral.

A exposição de motivos intermi-

nisterial, assinada no governo Dilma, esclarece que a formalização da assinatura constituiu importante passo para a cooperação entre os países da América Latina e do Caribe e a Ompi, com a promoção de objetivos comuns em matéria de desenvolvimento no domínio da propriedade intelectual.

Pelo acordo, o escritório terá os privilégios e imunidades concedidos às agências especializadas das Nações Unidas. O Brasil reconhecerá a inviolabilidade das suas instalações, incluindo arquivos, propriedades e bens. Deverá também garantir a liberdade das comunicações oficiais, sem qualquer censura, e o direito da Ompi instalar rede privada de comunicações. Com sede em Genebra, a organização possui escritórios regionais, como no Rio de Janeiro, em Pequim, em Tóquio, em Moscou e em Cingapura.

Com a Agência Câmara

Aprovados acordos com Gana e Mauritânia sobre trabalho de dependente de diplomata

Dois projetos de decreto legislativo aprovados ontem pelo Senado confirmam acordos sobre trabalho remunerado por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico com dois países: República da Mauritânia e República de Gana. Os projetos (PDSs 12/2017 e 14/2017) vão à promulgação.

Pelo acordo com Gana, os dependentes (cônjuge e filhos solteiros sob guarda dos pais) de brasileiros em missão oficial no país africano terão direito às mesmas condições de trabalho dos ganenses. A regra vale para os cônjuges e filhos de ganenses que residam no Brasil. O trabalho deverá ser precedido de uma autorização do país receptor. O pedido para trabalhar será analisado pelo Ministério das Relações Exteriores local.

O acordo com a Mauritânia é semelhante. O texto autoriza os dependen-

tes do pessoal diplomático, consular, administrativo, técnico e militar em missão oficial a exercer atividade remunerada no país receptor, com base no princípio da reciprocidade.

Pelo texto, serão considerados dependentes o cônjuge, os filhos solteiros menores de 21 anos, os filhos solteiros menores de 25 anos que estejam estudando em instituição de ensino superior e os filhos solteiros com deficiências físicas ou mentais.

Relator das duas propostas na Comissão de Relações Exteriores (CRE), José Agripino (DEM-RN) destacou que os acordos têm o objetivo de proporcionar aos dependentes do funcionário transferido “espaço profissional próprio e o exercício de atividades outras que não a mera função de acompanhamento”. O senador disse que o Brasil tem acordos semelhantes firmados com mais de 30 países.

Fátima cobra recursos para obras do Rio São Francisco

A senadora Bezerra (PT-RN) registrou ontem a assinatura da ordem de serviço que pode significar a retomada das obras da transposição do Rio São Francisco.

As obras estavam paralisadas, por decisão da Justiça, no trecho entre os municípios de Terra Nova (PE) e Jati (CE), impedindo que a integração das águas chegasse ao Rio Grande do Norte. Fátima disse que recebeu “com alegria” a decisão da ministra Cármen Lúcia, do STF, que derrubou a determinação que impedia as obras. E agora, segundo ela, o momento é de exigir os recursos federais para concluí-la.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Vanessa, base do governo está em processo de corrosão

O processo de corrosão da base parlamentar do governo de Michel Temer e o aumento de sua impopularidade tornam-se mais contundentes a cada dia, disse Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Isso se deve, afirmou, ao aprofundamento das investigações da Polícia Federal. Para ela, essa corrosão manifestou-se na rejeição à reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e aumenta a partir de um conhecimento mais aprofundado da proposta por parte dos senadores.

Vanessa também manifestou apoio a manifestações contra anúncio feito por integrantes do governo relacionados à privatização do Aeroporto Eduardo Gomes, em Manaus.

Lava Jato não quer Lula candidato em 2018, afirma Gleisi

Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse que o ex-presidente Lula é “vítima de perseguição sistemática no plano judicial” para impedir que seja candidato à presidência da República em 2018. A senadora também afirmou que os responsáveis pela Operação Lava Jato estariam “lucrando” em palestras para detalhar as acusações contra Lula.

— Além de quererem tolher a vida política do presidente, de fazerem uma caçada ao seu direito civil como cidadão, isso ainda virou produto de ganhar dinheiro por parte desses juízes e procuradores que o estão acusando — afirmou.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Humberto Costa reafirma inocência de ex-presidente

O senador Humberto Costa (PT-PE) defendeu ontem em Plenário o ex-presidente Lula. Humberto afirmou que, em três anos de perseguição, nada foi provado e que as acusações contra Lula vão caindo dia a dia.

Segundo ele, “o ridículo caso do apartamento do Guarujá somente serviu para mostrar aos brasileiros que a palavra tríplice é acentuada”.

— Há três anos nada comprovaram a não ser que são operadores do direito que se baseiam em convicções, e não em provas. Não há outra razão para essa perseguição contra Lula a não ser provocar sua interdição política impedindo sua candidatura à Presidência — afirmou Humberto Costa.

Apoio a Temer está se desmanchando, avalia Lindbergh

O governo de Michel Temer é “uma quadrilha” e até sua base parlamentar, antes sólida, está se desmanchando, disse Lindbergh Farias (PT-RJ). Exemplo disso, afirmou, foi a rejeição da reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Segundo o senador, apesar de o governo comemorar 1% de crescimento econômico no primeiro trimestre, o investimento público caiu 1,6%, resultando em um “pessimismo geral”.

— O governo Temer perde seu único discurso de sobrevivência. O Brasil não aguenta um governo desses, cujo único objetivo é a sobrevivência de sua quadrilha até 2018.



Jefferson Rudy/Agência Senado

PEC com “recall” de presidente vai ao Plenário

Proposta de Valadares foi alterada pelo relator, Anastasia, e restringe a revogação pela população apenas para mandato presidencial, mas estados podem adotar em leis próprias

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem a inclusão na Constituição de dispositivo que permite a revogação do mandato do presidente da República pela população, o chamado recall. A PEC 21/2015, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), foi aprovada na forma de substitutivo do relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG). O texto segue para o Plenário, onde haverá discussão e votação em dois turnos.

A PEC propõe que a revogação do mandato do presidente dependerá de assinaturas de não menos que 10% dos eleitores que compareceram ao último pleito, distribuídas em pelo menos 14 estados e não menos de 5% em cada um deles. O formato final da PEC foi definido com o acolhimento parcial, pelo relator, de emenda sugerida por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

De acordo com o texto aprovado, a proposta de revogação será analisada pela Câmara e pelo Senado, sucessiva e separadamente. Para ser aprovada, precisará do voto favorável da maioria absoluta dos membros de cada uma das Casas. Aprovada pelo Congresso, será então convocado referendo popular para ratificar ou rejeitar a medida.

No caso de ser aprovada a revogação, o vice-presidente da República sucederá o presidente. Ainda pelo texto



Emenda de Vanessa garante que eleitores de pelo menos 14 estados assinem o pedido de “recall” proposto por Valadares

aprovado, é vedada a proposta de revogação durante o primeiro e o último ano de governo. Também é proibida a apreciação de mais de uma proposta de revogação por mandato.

Participação

Na versão anterior, o substitutivo admitia que o pedido de recall fosse apoiado por pelo menos 10% dos eleitores que compareceram ao último pleito presidencial, sem exigência de percentual de assinaturas por estados. Na emenda, Vanessa defendeu a elevação do percentual geral de assinaturas para ao menos 15% do eleitorado, em 14 estados no mínimo, com pelo menos 5% em cada um. Anastasia manteve os 10%, acatando os critérios de distribuição por estado.

Vanessa elogiou a conciliação para votar o texto. A senadora considerou indispensável a obrigatoriedade de apoio mínimo do eleitorado de 14 estados, caso contrário um presidente poderia ter seu mandato questionado pela vontade de eleitores de não mais que três ou quatro unidades federativas.

Governadores

A proposta original de Valadares previa aplicação abrangente do mecanismo do recall, que poderia ser proposto por eleitores para também revogar os mandatos de governadores, prefeitos, senadores, deputados (federais, estaduais ou distritais) e vereadores após dois anos de exercício do cargo.

No substitutivo, Anastasia regulamentou apenas o uso

do recall para revogar o mandato presidencial, mas deixou aberta a possibilidade para que as assembleias legislativas e a Câmara Legislativa do Distrito Federal adotem o instituto por meio das respectivas constituições e leis orgânicas.

Vigência

Embora satisfeito com as mudanças, Valadares apelou ao relator para que restabelecesse a cláusula original de vigência, que se daria a partir da promulgação do texto. Assim, sustenta o autor, o instituto do recall poderia ser usado inclusive como alternativa para resolver a atual crise política, possibilitando a saída do presidente Michel Temer por decisão do eleitor.

Segundo Valadares, essa não seria “solução casuística”, mas a aplicação imediata

seria alternativa caso o Congresso concluísse que a saída para a crise seria a consulta popular sobre o mandato de Temer. Porém, para Anastasia, a adoção do mecanismo no momento atual poderia ser “fator de dificuldade e desestabilização”.

Diferença

No relatório, Anastasia observa que o recall é um instrumento bem diferente do impeachment. Segundo ele, a revogação do mandato na forma agora em análise difere do procedimento do crime de responsabilidade, não só pela iniciativa e pelo quorum para aprovação, mas, principalmente, pela causa: a perda de representatividade e de apoio da população, e não necessariamente a prática de ilícito comprovado, como no caso do impeachment.

Ao defender a adoção do mecanismo, que já existe em muitos países, ele salientou que o recall garante a responsabilidade contínua das autoridades públicas, já que os eleitores não precisam aguardar até a próxima eleição regular para destituir “um agente público incompetente, desonesto, despreocupado ou irresponsável”.

Para o relator, ainda que não seja utilizada, a mera possibilidade de que seja invocada já levará a um maior cuidado no exercício da Presidência.

Votação de mudança na escolha dos ministros do STF é adiada

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) adiou para quinta-feira a votação de um conjunto de 12 propostas de emenda à Constituição que modificam o processo de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Pedido de vista coletiva foi encaminhado por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) logo após a leitura de substitutivo de Ana Amélia (PP-RS).

O texto da senadora recomenda a aprovação de substitutivo nos termos da PEC 44/2012, de Cristovam Buarque (PPS-DF), por se tratar da mais antiga em tramitação. A relatora também aproveitou “quase 90%” da PEC 35/2015, segundo ressaltou seu autor, Lasier Martins (PSD-RS). As outras dez propostas que tramitavam em conjunto foram consideradas prejudicadas. Depois de passar pela CCJ, a PEC 44/2012 será submetida a dois turnos de discussão e votação no Plenário.

Duas de três emendas de Plenário — oferecidas por Valadares e Cristovam — também foram agregadas ao substitutivo. Uma delas acrescentou o defensor público-geral federal em um colegiado a ser criado para elaborar a lista tríplice de indicados ao STF. A outra tratou de proibir a indicação de quem ocupou mandato eletivo federal ou cargos de procurador-geral da



Para a relatora, Ana Amélia, é preciso garantir à sociedade que haja impessoalidade na indicação

República, advogado-geral da União e ministro nos quatro anos anteriores à abertura da vaga na Suprema Corte.

O colegiado terá a missão de montar a lista tríplice no prazo de um mês da abertura de vaga no STF. Cumprida essa etapa, a relação de nomes será enviada ao presidente da República para escolha de um deles e comunicação da decisão ao presidente do Senado no prazo de um mês do recebimento da lista. A nomeação só será confirmada após aprovação pela maioria absoluta dos membros do Senado.

— O tema é oportuno e de discussão recorrente no Congresso. Há dificuldade, na prática, de garantir à sociedade que a impessoalidade ocorra, sobretudo quando se fala da forma de indicação dos ministros do STF, feita hoje de forma discricionária pelo presidente da República — afirmou Ana Amélia.

O substitutivo também criou um novo pré-requisito para indicação: comprovação de 15 anos de atividade jurídica. Os novos ministros do STF teriam mandato com prazo definido de dez anos de duração, proibindo-se a

recondução. Depois de deixar a função, os ministros do STF ficariam inelegíveis para qualquer cargo eletivo até cinco anos após o término do mandato.

Discussão

Durante a discussão, Simone Tebet (PMDB-MS) propôs uma emenda supressiva para alterar a composição do colegiado responsável pela lista tríplice. No texto de Ana Amélia, ele seria composto por oito membros: presidentes do STF, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Tribunal Superior do Trabalho (TST), do Superior Tribunal Militar (STM), do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); e ainda pelo procurador-geral da República e pelo defensor público-geral federal.

Simone sugeriu a retirada do presidente do TSE da lista, o que evitaria que o STF tivesse dois votos no colegiado (o presidente do TSE é um ministro do Supremo) e permitiria se alcançar a composição ímpar.

Ana Amélia concordou com a sugestão de Simone e sugeriu a possibilidade ainda de essa lista tríplice conter sempre um nome da magistratura, um nome do Ministério Público e outro da advocacia.

— Daí, teríamos uma representação mais diluída.

Comissão vota reforma trabalhista na quarta-feira

Leitura de votos em separado, debate e votação na Comissão de Constituição e Justiça ocorrerão no mesmo dia. Constitucionalidade do texto será tema de audiências na terça

A REFORMA TRABALHISTA vai ser votada quarta-feira na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A confirmação foi feita na reunião de ontem, depois de quase duas horas de discussão entre opositoristas e o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), que também é o relator do PLC 38/2017 na comissão. Ficou definido ainda que haverá duas audiências públicas sobre o tema na terça.

Na quarta haverá uma reunião extraordinária com início às 9h45 para leitura dos votos em separado ao relatório, lido ontem, que forem apresentados. A leitura será até as 16h;

a partir daí, debates, com dez minutos para cada senador. A seguir, será feita a votação.

A preocupação de Jucá era não deixar que os trabalhos fossem atrasados. A oposição, por sua vez, insistia na importância de garantir tempo para discussão de um tema considerado tão relevante.

A reunião de ontem começou com senadores alegando que a pauta deveria ter sido publicada com ao menos dois dias úteis de antecedência, conforme o Regimento Interno. Eles também pediram a realização de audiências públicas sobre a constituio-

nalidade da proposta.

— As outras comissões [Assuntos Sociais e Assuntos Econômicos] abordaram só o mérito. Aqui estamos para analisar aspectos constitucionais — alegou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Outro impasse foi quanto ao dia da leitura dos votos em separado. A oposição queria que fosse na quarta, o que foi negado inicialmente por Jucá.

— Os votos em separado são diferentes dos apresentados na CAS e na CAE. Queremos ler na quarta porque o país vai parar. Haverá mobilizações em todo o Brasil — afirmou



Jucá lê seu relatório ao projeto, ao lado do vice-presidente da CCJ, Anastasia

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Lindbergh Farias (PT-RJ).

Jucá lembrou que houve acordo para dispensa do interstício de dois dias úteis para publicação da pauta. Ele insistiu que a leitura dos votos em separado não se torne meio de obstrução dos trabalhos. E disse que não aceitará atraso ou impedimento de votação:

— Para deixar bem clara minha posição: se houver entendimento da base do governo de que está havendo algum tipo de prejuízo para não votar no dia 28, usarei mão do regimento. Depois não venham dizer que quebrei

acordo — disse Jucá.

A afirmação foi entendida como ameaça por Lindbergh:

— Saiba que se Vossa Excelência vier com seu trator, estamos prontos para resistir aqui dentro — retrucou.

Com a mediação do presidente em exercício da CCJ, Antonio Anastasia (PSDB-MG), os senadores acordaram que não haverá obstrução.

Os convidados para as duas audiências públicas ainda serão definidos. A intenção é ouvir juristas sobre questões processuais trabalhistas e constitucionais.

O que diz o projeto em análise no Senado



QUITAÇÃO ANUAL

Cria o termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, que deve ser assinado pelo trabalhador na presença do sindicato representante da categoria do empregado. Com ele, o trabalhador declara ter recebido todas as parcelas devidas com horas extras e adicionais.



JUSTA CAUSA

Cria nova possibilidade de demissão por justa causa: quando o motorista profissional perde sua habilitação ou fere os requisitos legais para exercer a profissão.



AUTÔNOMO EXCLUSIVO

Cria a figura do trabalhador autônomo exclusivo, que poderá prestar serviços para um único empregador de forma contínua, mas sem o estabelecimento de vínculo empregatício permanente.



SALÁRIO

O projeto muda o conceito de salário, ou seja, auxílios, prêmios e abonos, ainda que habituais, não integram a remuneração e não constituem base de incidência de encargo trabalhista e previdenciário, o que diminui o valor pago ao INSS e, consequentemente, o benefício. Quem ganha duas vezes mais que o teto dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social (cerca de R\$ 11 mil) e tem nível superior terá relações contratuais firmadas por acordo individual e deixa de ser representado pelo sindicato.



CONTRIBUIÇÃO SINDICAL ANUAL

Deixará de ser obrigatória e passa a ser opcional, tanto a destinada aos sindicatos de trabalhadores quanto aos patronais. Atualmente, o pagamento equivale a um dia de salário do empregado e é descontado em folha.



DANOS MORAIS

Regulamenta a indenização por danos morais no ambiente de trabalho. No entanto, a indenização vai variar de acordo com o salário do prejudicado, o que pode acarretar valores distintos, mesmo que os beneficiários tenham sofrido o mesmo dano. A norma varia de leve a gravíssima e de 5 a 50 vezes o salário do prejudicado.



TRABALHO REMOTO

Traz regras para as modalidades de trabalho em casa, que será previamente acordado com o patrão — inclusive sobre fornecimento e manutenção de equipamentos e gastos com energia e internet.



RESCISÃO

A homologação da rescisão contratual deixa de ser obrigatoriamente feita nos sindicatos, passando a ser feita na própria empresa, com a presença de advogados ou de representantes do sindicato das partes. O pagamento, que antes ocorria no ato da homologação, agora pode ser feito em até 10 dias.



DEMISSÃO POR ACORDO

Nessa nova modalidade, pode haver a rescisão do contrato de trabalho de “comum acordo” entre empregador e empregado. Há o pagamento de metade do aviso prévio, se indenizado, e da indenização sobre o montante do FGTS. Nesse caso, é permitida a movimentação de até 80% do FGTS. Mas o empregado não terá direito ao seguro-desemprego. O texto também exclui a obrigatoriedade da rescisão de contratos de mais de um ano ser feita no respectivo sindicato ou perante autoridade do Ministério do Trabalho.



NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO

A negociação vai prevalecer sobre a norma em questões como: participação nos lucros e resultados, jornada em deslocamento, intervalo para almoço, remuneração por produtividade, banco de horas, planos de cargos e salários, adesão ao seguro-desemprego e troca do dia de feriado.



FORA DE ACORDO OU NEGOCIAÇÃO

Patrões e empregados não poderão negociar para reduzir ou suprimir direitos como: FGTS, 13º salário, salário mínimo, remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, repouso semanal remunerado, licença-maternidade e licença-paternidade, aviso prévio, aposentadoria, seguro contra acidentes, direito de greve.



FÉRIAS

Desde que o empregado concorde, as férias poderão ser divididas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 14 dias corridos.



JORNADA DE TRABALHO

A jornada regular de 8 horas/dia + 2 horas extras permanece inalterada. Passa a ser possível, por acordo, estabelecer jornada que alterne 12 horas de trabalho com 36 horas de descanso.



TRABALHO INTERMITENTE

Nessa modalidade, os trabalhadores vão ganhar por hora, visto que são alternados períodos de prestação de serviços e inatividade. O contrato deverá ser por escrito e o valor da remuneração não poderá ser menor que o do salário mínimo em hora. O trabalhador também terá direito ao pagamento proporcional de férias, FGTS, previdência e 13º salário.



JORNADA PARCIAL

Haverá duas opções: contrato de até 30 horas semanais sem horas extras ou de até 26 horas semanais com até 6 horas extras. Hoje o regime parcial aceito é de 25 horas, sendo vedada hora extra.



FALTA DE REGISTRO

O empregador que não registrar o empregado ficará sujeito a multa de R\$ 3 mil para cada trabalhador não registrado. Para micros e pequenas empresas, a punição será de R\$ 800.



DESLOCAMENTO

O período de deslocamento não poderá mais ser contado como hora trabalhada, como ocorre hoje quando o patrão oferece transporte para funcionários que moram em local de difícil acesso ou não servido por transporte público.



QUARENTENA

Em caso de demissão do trabalhador, haverá quarentena de 18 meses a fim de evitar que ele seja recontratado como terceirizado.



GRÁVIDAS

Em caso de insalubridade de grau leve ou médio, será necessário atestado médico que recomende o afastamento durante a gestação. Hoje a lei proíbe que grávidas ou lactantes trabalhem em ambientes insalubres. Em caso de insalubridade de grau máximo, continuará proibido o trabalho.

Relatório de Jucá defende proposta para eliminar tutela do Estado

Romero Jucá defendeu ontem, na CCJ, a aprovação do texto da reforma trabalhista. A proposta, disse o senador, não fere a Constituição e deve ser aprovada nos moldes em que veio da Câmara e foi confirmada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), pelo relatório de Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

Para Jucá, o projeto atualiza o marco regulatório trabalhista, levando o Brasil de um padrão legislativo de tutela e interferência extremada do Estado nas relações do trabalho para um ambiente de maior liberdade, para que as partes, com segurança, possam definir quais são as regras que melhor satisfaçam suas realidades.

— O que se faz é, dentro desse enquadramento, buscar uma legislação trabalhista que melhor atenda a realidade brasileira, considerando interesses de trabalhadores e empregadores. No ambiente constitucional, há espaço para esse ajuste do marco regulatório do mundo do trabalho.

Benefícios

Jucá também falou sobre o mérito da reforma, mencionando pontos considerados essenciais e que são alterados pelo projeto, como a ampliação da multa aplicada aos empregadores que não registram os funcionários. Isso, disse, vai ajudar a diminuir a

informalidade, problema que atinge quase 50% da força de trabalho brasileira, observou.

A formalização do trabalho em casa, o teletrabalho; a possibilidade de divisão de férias em três períodos, a exemplo do que já ocorre com servidores públicos federais, e de redução do horário de almoço, como ocorre com as empregadas domésticas; e a desburocratização em pontos como o encerramento do contrato, que não precisará mais de chancela sindical, também são alterações que ele considera benéficas ao trabalhador.

Na opinião do senador, a mudança do texto da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a respeito da Justiça gratuita para as ações trabalhistas e do pagamento de honorários periciais, criticada pela oposição por considerá-la sua “extinção”, na verdade vai fortalecê-la, pois será concedida somente a quem faz jus ao direito. Isso vai diminuir o número de ações trabalhistas, acredita Jucá.

Outro item defendido pelo senador foi a possibilidade de demissão por justa causa dos trabalhadores que perderem seus registros profissionais, por exemplo, médicos que tiveram seus diplomas cassados.

A CCJ concedeu vista coletiva ao relatório de Jucá, que será debatido e votado na quarta-feira.

Nome para a direção da ANA vai ao Plenário

Em sabatina na Comissão de Meio Ambiente, Ricardo Medeiros de Andrade destacou a importância de o Brasil sediar o 8º Fórum Mundial da Água, em março de 2018

A COMISSÃO DE Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem, por unanimidade, a indicação de Ricardo Medeiros de Andrade para a direção da Agência Nacional de Águas (ANA). A indicação (MSF 35/2017) segue para o Plenário. O relator, Roberto Muniz (PP-BA), ressaltou que, em seu novo posto, Andrade participará da coordenação do 8º Fórum Mundial da Água, em março de 2018, em Brasília.

Andrade ressaltou a relevância que possui o fórum, que reunirá durante uma semana os maiores especialistas, gestores e ativistas do setor. O sabatinado afirmou acreditar que ele pode produzir na sociedade uma inflexão comparável à da Rio-92 no que se refere à conscientização

sobre as causas ambientais.

— Não é exatamente um evento científico, porém lá estão cientistas de quase 150 países. Também não se caracteriza como um evento da ONU ou político, porém lá estão gestores e especialistas de todo o mundo. Assim como não é um evento propriamente civil, mas lá marcam presença dezenas de milhares de ativistas e cidadãos engajados — destacou o engenheiro.

Para ele, o fato do Brasil sediar o fórum torna-se ainda mais relevante no momento em que crises hídricas atingem inclusive a própria capital que sediará o evento.

Andrade acredita que o quadro aponta para uma oportunidade única de conscientizar a população sobre a



Ao lado de Gurgacz e Raupp, Andrade defende incentivo a ações conservacionistas

importância de se adotar uma atitude responsável e de uso reflexivo, desde o consumidor individual a grandes usuários presentes em cadeias industriais. Para o engenheiro, é um desafio conscientizar os brasileiros sobre a importância da preservar rios e mananciais.

O indicado anunciou que pretende priorizar na ANA uma mudança na gestão de

recursos, passando de um modelo que avalia como “mais punitivo” para um outro “incentivador de práticas conservacionistas”.

Atuando há 12 anos na ANA, o engenheiro lembrou de acordos que pôde presenciar com a participação do Ministério Público, em termos de ajustamento de conduta (TAC) que o órgão avalia como positivos

em Goiânia e Campo Grande.

— Este é meu grande sonho como gestor. Precisamos sair da política de comando e controle para uma política de compensações a iniciativas. É o programa de pagamento por serviço ambiental, que é em grande parte financiado por compensações ambientais propostas em TACs. Já temos experiências positivas e estamos abertos, temos uma carteira de iniciativas que podem se fazer valer por meio desta política pública — disse.

Andrade ressaltou que conta com o Senado em aprimoramentos na gestão das compensações ambientais, uma vez que a política pública está sendo avaliada por Wellington Fagundes (PR-MT) no âmbito da CMA.

Diretor da Abin e ministro devem explicar denúncia de espionagem

O ministro do Gabinete de Segurança Institucional, Sérgio Etchegoyen, e o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Janér Tesch Hosken Alvarenga, serão convidados a dar explicações no Senado sobre notícias acusando a agência de espionar o ministro do Supremo Tri-

bunal Federal (STF), Edson Fachin, e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Os convites foram aprovados ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH), por requerimento de Randolfe Rodrigues (Rede-AP). No início de junho, a revista *Veja* publicou que o presidente

Michel Temer teria acionado a Abin para investigar Fachin ilegalmente, em retaliação a investigações envolvendo Temer autorizadas pelo ministro do STF.

Foram aprovadas também na CDH audiências sobre a possibilidade de garantir ao servidor de cargo em co-

missão, de livre nomeação e exoneração, direito a aviso prévio, seguro desemprego e FGTS. Outros temas de debate serão desabastecimento de penicilina no Sistema Único de Saúde (SUS), a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, e o processo de identificação e demarcação

de terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a regularização fundiária no Distrito Federal.

Foi aprovado ainda um voto de solidariedade às comunidades quilombolas, a pedido de Fátima Bezerra (PT-RN).

Pronatec poderá formar agentes para agropecuária

A capacitação de agentes de educação sanitária para o setor agropecuário pode passar a fazer parte da lista de cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). A medida consta do PLS 40/2016, aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto ainda será analisado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e, em decisão final, pela de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Para o autor, Dário Berger (PMDB-SC), o alcance do Pronatec pode ser aproveitado como forma de assegurar a qualificação dos agentes de educação sanitária para a agropecuária. Segundo ele,

alguns estados e prefeituras criaram quadros próprios para esses profissionais, mas as dificuldades para formação e capacitação atrasam a organização de equipes e a chegada dos resultados esperados.

Criado pela Lei 12.513/2011, o Pronatec objetiva expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Entre 2011 e 2014, foram feitas mais de 8 milhões de matrículas, considerando cursos técnicos e de formação inicial e continuada.

Dário reconhece que atualmente o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento disponibiliza, de modo eventual e por convênio,

treinamentos para qualificação de agentes municipais e estaduais. Contudo, salienta o senador, as ações públicas como as executadas pelos agentes de educação sanitária nos municípios não podem depender de apoio esporádico. Segundo ele, os profissionais precisam de um processo continuado e seguro de atualização de conhecimento.

Segundo o relator, Cidinho Santos (PR-MT), a proposta promove importante inovação, especialmente porque propõe a ampliação do rol dos beneficiados do Pronatec e a diversificação de suas modalidades de implementação, em parceria com estados e municípios.

Autoridades devem pensar no povo, diz Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) manifestou preocupação com os desdobramentos da crise que o país atravessa. Ela apelou para que as autoridades tenham a consciência do papel que têm nessa situação.

— A qualquer ação que tomamos, temos que pensar nas ruas, nos 14 milhões de brasileiros desempregados ou nos milhares e milhares de homens e mulheres que estão sem carteira assinada, trabalhando na informalidade, sem assistência e sem previdência social, sem nenhuma garantia, sem terem sequer acesso à saúde.

Viana pede que Congresso ajude o país a sair da crise

Segundo Jorge Viana (PT-AC), o governo Temer criou uma expectativa em alguns setores da sociedade e agora se pergunta até quando ele vai durar no cargo. O senador criticou o fato de o presidente pedir à Justiça para processar um delator. Ele citou ainda denúncia de que Temer usa o Estado para destruir seus opositores, chegando a acionar a Advocacia-Geral da União para bloquear os bens de Joesley Batista.

Viana acredita que a economia ainda sobrevive pelo bom desempenho da balança comercial.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil
Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Comissão aprova regras especiais para proteger marcas de renome

Texto permite a empresa pedir a qualquer tempo reconhecimento de “alto renome”, que garante exclusividade de registro em todas as áreas

O PROJETO QUE permite ao detentor de uma marca industrial solicitar ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) o reconhecimento, a qualquer tempo, do “alto renome” da marca registrada foi aprovado ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). Pelo texto (PLC 86/2015), o reconhecimento terá prazo de validade de dez anos. A proposta segue para análise do Plenário.

A Lei 9.279/1996 (Lei de Propriedade Industrial) não é explícita quanto ao momento em que os direitos do detentor da marca de “alto renome” podem ser garantidos. A norma define apenas que “à marca registrada no Brasil considerada de alto renome será assegurada proteção especial, em todos os ramos de atividade”.

Dessa maneira, o detentor de uma marca com reconhecimento e prestígio está impedido hoje de reivindicar o registro de proteção especial, por falta de regulamentação, restando duas vias: requerer ao Inpi a proteção assegurada quando um terceiro pedir registro de marca em conflito com a sua ou ingressar com



Relator substituto na CCT, Jorge Viana sugeriu alterações no texto do projeto

ação judicial.

Uma marca de “alto renome” tem assegurada proteção em todos os mercados, não apenas naquele em que ela atua. Tramontina, por exemplo, é uma das 41 marcas reconhecidas pelo Inpi como de alto renome, o que garante que nenhuma empresa poderá pedir registro com a mesma denominação, ainda que não seja do mesmo ramo.

Pela proposta, o reconhecimento do “alto renome” poderá ser pedido sem a necessidade de anular — judicialmente ou em processo administrativo no próprio Inpi — processos de terceiros que queiram o registro da mesma marca em

outro ramo de atividade.

O projeto permite ainda a um terceiro interessado pedir a realização de exame de insubsistência (falta de fundamento) do “alto renome” pelo Inpi, depois de três anos do reconhecimento da marca. No entanto, o relator substituto na CCT, senador Jorge Viana (PT-AC), retirou do projeto a menção ao prazo de eficácia de tal direito, alegando que a restrição não parece ser necessária ou justificável.

O relator original da proposta, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), atendeu sugestões encaminhadas pelo Inpi e apresentou emenda, incorporada ao texto aprovado,

para determinar que o reconhecimento do alto renome tenha prazo de validade de dez anos e que o requerimento de renovação seja instruído com dados recentes que o justifiquem.

Debates

Os senadores aprovaram ainda requerimento de audiência sobre a situação da ciência brasileira e o corte orçamentário de 44% para o setor. Entre os convidados, estão o secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, Álvaro Prata, o presidente da Academia Brasileira de Ciência, Luiz Davidovich, e a presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader.

Foram aprovados ainda requerimentos para mais dois debates: um sobre a estratégia digital brasileira, em especial o Plano Nacional de Conectividade e o Plano Nacional de Internet das Coisas, e o outro, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), sobre os impactos econômico e social da implantação de um marco regulatório de proteção de dados pessoais pelo governo brasileiro.

Cancelamento de precatórios não sacados poderá ter urgência

Senadores da base do governo pretendem aprovar, na terça-feira, requerimento de urgência para projeto que cancela todos os precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) federais cujos valores não tenham sido sacados pelo credor e estejam depositados há mais de dois anos em instituição financeira oficial.

Se a urgência for aprovada, o projeto (PLC 57/2017), de autoria do Poder Executivo, será votado diretamente no Plenário, sem precisar passar pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE), como previsto.

O cancelamento de precatório ou RPV será realizado mensalmente pelo banco que possui o depósito, cujo montante será transferido para a Conta Única do Tesouro Nacional. O projeto também determina que pelo menos 20% do total do montante cancelado deverá ser aplicado pela União “na manutenção e desenvolvimento do ensino” e 5%, pelo menos, no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte. Após o cancelamento do precatório ou da RPV, o credor deverá ser comunicado e poderá requerer novo ofício requisitório para reaver seus valores não reivindicados anteriormente.

Na exposição de motivos, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, calcula em R\$ 8,6 bilhões o impacto positivo para o erário. O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), informou que o documento foi assinado pelos líderes do DEM, do PSDB, do PMDB e do PP.

Ineficiência

Levantamento do Conselho da Justiça Federal (CJF) aponta a existência de 493,3 mil contas bancárias com verbas de precatórios ou RPs paradas. O Executivo alega que a manutenção desses valores representa “situação de ineficiência na utilização de recursos públicos”.

Lindbergh Farias (PT-RJ) alertou que o projeto já está em regime de urgência, ou seja, os senadores têm de votá-lo em até 45 dias. Para ele, a medida pode afetar a vida de milhares de brasileiros que passaram por longos processos judiciais, conseguiram o direito de receber os recursos e terão de entrar na Justiça novamente.

Parlamentares lançam frente em defesa da soberania nacional

Foi instalada ontem a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional, com oito eixos de ação: defender a exploração eficiente dos recursos naturais, entre eles o petróleo; garantir uma infraestrutura capaz de promover o desenvolvimento do país; fortalecer a agricultura nas exportações, mas também na alimentação dos brasileiros; estimular o crédito e o capital produtivo nacional; defender o emprego e o salário; garantir um sistema tributário mais justo; consolidar as Forças Armadas na defesa da soberania; e assegurar uma política externa independente.

Formado por 19 senadores e 201 deputados, o grupo tem como presidente o senador Roberto Requião (PMDB-PR) e como vice-presidente, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Durante a instalação, Requião disse que o governo do presidente Michel Temer ameaça a soberania nacional.

— Estamos vendo no Brasil um projeto entreguista, para acabar com qualquer visão consistente de soberania nacional. Um governo que está entregando a Petrobras para grupos estrangeiros, que quer



Deputado Patrus Ananias, senadores Roberto Requião e Humberto Costa e deputado Glauber Braga lançam frente

privatizar a água e vender o solo sem limites para especuladores num momento de recessão — disse Requião.

No lançamento da frente, os ex-ministros Luiz Carlos Bresser-Pereira (Fazenda) e Celso Amorim (Relações Exteriores) apresentaram o Projeto Nação Brasil. A iniciativa reúne intelectuais, autores de um manifesto com medidas econômicas para a retomada do crescimento. Entre elas, a responsabilidade fiscal, a queda da taxa de juros, o reajuste dos salários de acordo com o lucro das empresas, a distribuição de renda e o controle do câmbio.

O ex-ministro Celso Amorim questionou a Emenda Constitucional 95, que impõe um teto para os gastos públicos pelos próximos 20 anos.

— O que há no Brasil não é nem uma política neoliberal. É um vendaval neoliberal. É gritantemente contra a soberania nacional — disse.

O diplomata Samuel Pinheiro Guimarães, ex-ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, criticou a gestão do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

— Esse programa econômico está sendo imposto ao povo de forma ilegal e ilegítima,

por processos parlamentares equivocados. E esse programa é algo que saiu das urnas? Não.

Para Vanessa, as reformas trabalhista e previdenciária representam uma ameaça à soberania.

— A primeira grande tarefa é barrar essa reforma trabalhista. Nem tudo está perdido. Muitas vezes as coisas são difíceis, mas nada é impossível.

Também participaram da instalação os senadores Gleisi Hoffmann (PT-PR), Humberto Costa (PT-PE), José Pimentel (PT-CE), Lindbergh Farias (PT-RJ), Paulo Rocha (PT-PA) e Regina Sousa (PT-PI).

Avança política que incentiva cacau de qualidade

Projeto prevê parcerias, estímulo à pesquisa e linhas de crédito para aumentar a fabricação do produto de categoria superior no país. Texto agora vai ao Plenário com urgência

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem projeto que institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade. A intenção da proposta é aumentar a qualidade do cacau brasileiro por meio de estímulo à produção, industrialização e comercialização do produto em categoria superior, a partir de parâmetros a serem definidos pelo poder público.

O texto (PLC 7/2017) será agora analisado em regime de urgência em Plenário.

Entre as diretrizes da política pública, estão o desenvolvimento tecnológico da cacauicultura, a colaboração entre setores público e privado, a valorização do cacau do Brasil e o acesso a mercados que demandam maior qualidade do produtor. Para isso, a proposta determina que o setor público faça parcerias, apoie o comércio interno e externo de cacau de qualidade superior, estimule a pesquisa, e ofereça linhas de crédito voltadas ao cacau de qualidade.

O texto estabelece ainda que as características físicas, químicas e sensoriais do cacau, de acordo com processos de análise e certificação reconhecidos pelo poder público,

devem ser observadas para que se considere a categoria superior do produto. Relator da proposta, Valdir Raupp (PMDB-RO) destacou que Rondônia, Bahia, Pará e Espírito Santo são hoje os maiores produtores de cacau no Brasil.

Sucos artesanais

A comissão também aprovou projeto que busca simplificar tanto o registro quanto a rotulagem das polpas e dos sucos de frutas artesanais elaborados no meio rural por pequenos produtores familiares. A proposta também será examinada em regime de urgência em Plenário.

Pelo projeto (PLC 63/2016), a padronização e o envase dos sucos e polpas de frutas devem ser feitos exclusivamente no estabelecimento familiar rural, observados os preceitos das boas práticas de fabricação e a supervisão de responsável técnico, que pode ser exercida por profissional habilitado de instituição pública ou privada de assistência técnica e extensão rural, de entidade sindical ou associativa.

A produção de polpas e sucos de frutas nos estabelecimentos familiares rurais deve atender os requisitos tecnológicos, sanitários e de



Cassol preside reunião da Comissão de Agricultura, que também aprovou projeto sobre rótulo de polpa de fruta artesanal

identidade e qualidade previstos na legislação vigente.

Presidente da CRA e produtor de cupuaçu, graviola, açaí e pupunha no município de Santa Luzia (RO), o senador Ivo Cassol (PP-RO) disse que o projeto contribui para reduzir a burocracia e incentivar a comercialização dos produtos.

Transgênicos

Também foi concedida vista coletiva ao PLC 34/2015, lido por Cidinho Santos (PR-MT),

que desobriga os rótulos dos alimentos a conter informação quanto à presença de ingredientes transgênicos, quando se der em percentagem inferior a 1% da composição total do produto.

Ivo Cassol leu nota em que o Conselho Nacional de Saúde defende a obrigatoriedade da informação na rotulagem dos produtos. O voto de Cidinho é pela aprovação, com apresentação de emenda que torna explícito o objetivo da proposição.

O presidente da CRA também leu, na abertura dos trabalhos da reunião de ontem, ofício em que o presidente da Assembleia Legislativa Estadual do Pará, deputado Márcio Miranda, encaminha nota de repúdio ao superintendente da Polícia Federal pelo afastamento sumário e pela demissão a bem do serviço público dos agentes e servidores envolvidos na Operação Carne Fraca, que apontou irregularidades em frigoríficos brasileiros.

Comissão mista aprova medida sobre legado olímpico

A comissão mista da medida provisória da Autoridade de Governança do Legado Olímpico (Aglo) aprovou ontem o relatório do deputado Altineu Côrtes (PMDB-RJ). A MP 771/2017 criou uma autarquia federal de caráter temporário, vinculada ao Ministério do Esporte, para administrar o legado patrimonial e financeiro deixado pelas Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016.

A Aglo substituiu, desde a edição da MP, a Autoridade Pública Olímpica (APO), autarquia formada em 2011 pelo governo federal, governo fluminense e prefeitura carioca para coordenar a participação do Brasil na preparação e realização dos dois eventos esportivos. A nova autarquia será extinta após tomadas todas

as providências necessárias à destinação do legado olímpico ou em 30 de junho de 2019 — o que ocorrer primeiro.

O relatório de Altineu Côrtes segue para votação no Plenário da Câmara e depois no do Senado. O texto precisa ser aprovado até 10 de agosto, último dia de vigência da MP.

Menos custo

O deputado destacou que a nova autarquia representa economia para os cofres públicos. Segundo ele, a estrutura da Aglo é mais barata do que a da APO.

— Ela reduz o número de funcionários. Agente quer que todo esse equipamento público possa atender a população da forma mais benéfica possível, com o menor custo para o

Brasil — disse Côrtes.

Segundo o texto do relator, a legislação brasileira de licenciamento não poderá impedir o uso de equipamentos utilizados nas Olimpíadas se for comprovado que estes atendem os padrões internacionais. Côrtes disse que o objetivo é evitar que um ginásio construído para o evento, por exemplo, seja interditado pelo corpo de bombeiros.

O deputado explicou que os equipamentos foram erguidos com base em regras do Comitê Olímpico Internacional (COI).

— Essa legislação internacional é mais contundente, mais atualizada — justificou.

Gestão

A governança do legado olímpico envolve a viabilização da utilização das instalações esportivas, a promoção de estudos que subsidiem a adoção de modelo de gestão sustentável dos equipamentos e a definição das contrapartidas para quem utilizar as instalações.

A Aglo terá ainda como missão incentivar as atividades esportivas de alto rendimento.

A comissão mista foi presidida pelo senador Zeze Perrella (PMDB-MG).

Da Agência Câmara

Dívida previdenciária de estados e municípios será tema de audiência

O parcelamento da dívida previdenciária dos estados e municípios será discutido em audiência na comissão mista que analisa a medida provisória sobre o tema (MP 778/2017). O requerimento foi aprovado ontem na comissão.

O pagamento parcelado dessas dívidas é uma reivindicação feita por prefeitos ao presidente Michel Temer.

A MP autoriza o parcelamento em 200 meses das dívidas com a Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional vencidas até 30 de abril deste ano.

O pagamento do débito será feito em duas etapas. Primeiro, haverá uma entrada de 2,4% do total da dívida, sem reduções, a ser paga em seis parcelas iguais, entre julho e dezembro.

Na segunda etapa, que começa em janeiro de 2018, a dívida restante poderá ser parcelada em 194 vezes, com reduções de 25% nos encargos, 25% na multa e 80% nos juros incidentes pelo atraso.

O relator da MP, Raimundo Lira (PMDB/PB), se disse um municipalista e criticou a má distribuição de recursos entre

União, estados e municípios.

O senador prometeu trabalhar no relatório, que deve ser entregue em 11 de julho, ouvindo todas as sugestões dos colegas e dos envolvidos na questão.

— Sou uma pessoa totalmente aberta ao diálogo, que gosta de trabalhar de forma descentralizada, de ouvir a todos porque é comendo opiniões e recebendo o máximo de informações que a gente pode fazer um trabalho que atenda às expectativas de todos — afirmou.

Convidados

Devem ser convidados para a audiência pública o presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski, e o presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, Jonas Donizeti.

Também devem comparecer representantes da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, da Associação Nacional de Entidades de Previdência dos Estados e Municípios, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal.



Altineu Cortês relatou MP na comissão mista presidida por Zeze Perrella